

ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA: MULHERES ARTESÃS DA ENSEADA, COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA DE CANANÉIA/SP

YAMAOKA, Juliana Greco. Mestranda PPGDTS pela UFPR– Setor litoral;
NEVES, Jessica Gislaine das. Mestranda PPGDTS pela UFPR– Setor litoral;
CARDOSO, Tatiana Mendonça. Graduanda em Ciências Sociais pela UNIFRAN;
DENARDIN, Valdir Frigo. Professor da UFPR - Setor Litoral e dos PPGDTS e PGMMADE.

julianagreco82@gmail.com, jegislaineneves@gmail.com, tatyana_jp@yahoo.com.br,
valdirfd@ufpr.br

Fundação Araucária e CAPES

GT 12 - Comunidades tradicionais, manejo coletivo de recursos e sustentabilidade

RESUMO

Como estratégia para a permanência em seu território, as mulheres da comunidade da Enseada da Baleia, se organizaram em um coletivo: Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada (MAE), que foi determinante para lutar pela realocação da comunidade, após a intensificação de um processo erosivo. Não existem estudos sobre a realocação, nem como o grupo entende, cria ou apropria-se de tecnologias no trabalho artesanal. A pesquisa apresenta como o MAE se organiza em Empreendimento Econômico Solidário (EES), como isso altera a estrutura da comunidade e como suas integrantes veem as tecnologias. Foram realizados grupos focais, entrevistas semiestruturadas, somadas a revisão bibliográfica e documental sobre o tema. Considera-se que este trabalho pode auxiliar no processo de registro do histórico de resistência da comunidade e pode trazer à tona o debate relativo à adequação sociotécnica em EES.

Palavras-chave: Mulheres Artesãs da Enseada; Adequação sociotécnica; recursos e ativos.

RESUMEN

Como estrategia para la permanencia en su territorio, las mujeres de la comunidad de la Enseada da Baleia, se organizaron en un colectivo: Grupo de Mujeres Artesanas de la Enseada (MAE), que fue determinante para luchar por la reubicación de la comunidad, tras la intensificación de un proceso de erosión. No existen estudios sobre la reubicación, ni cómo el grupo entiende, crea o se apropia de tecnologías en el trabajo artesanal. La investigación presenta como el MAE se organiza en el Desarrollo Económico Solidario (EES), como eso altera la estructura de la comunidad y cómo sus integrantes ven las tecnologías. Se realizaron grupos focales, entrevistas semiestruturadas, sumadas a la revisión bibliográfica y documental sobre el tema. Se considera que este trabajo puede auxiliar en el proceso de registro del histórico de resistencia de la comunidad y puede traer a la luz el debate relativo a la adecuación sociotécnica en EES.

Palabras-clave: Mujeres Artesanas de Enseada; Adequación sociotécnica; activos y recursos.

1 INTRODUÇÃO

Empreendimentos de economia solidária no Brasil apresentam significativa parcela de trabalhadores, estes são mãos que produzem e trabalham coletivamente. Conforme informa o portal de notícias online (CARTA DE NOTÍCIAS, 2018), há mais de 20.000 empreendimentos de economia solidária cadastrados no Brasil, sendo que há cerca 4.000 pedidos de cadastro ainda em análise.

Essas organizações socioprodutivas significam alternativa e enfrentamento ao modo de produção capitalista de mercado, elas demonstram que existem outras formas de viver, trabalhar, se relacionar e manter-se economicamente, para além da hegemonia cultural-econômica ocidental, a qual nos foi aculturada pela colonização e mantida atualmente pelo mercado neoliberal, que fundamenta-se na eliminação de direitos sociais, maximização privada e cultura do consumo.

Nesse contexto, falar de empreendimentos econômicos solidários é falar de estratégia, resistência, organização e envolvimento comunitário para um outro desenvolvimento (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 2005), o qual nasce das pessoas do lugar, valorizando os recursos e ativos territoriais (BENKO; PECQUEUR, 2001), para um desenvolvimento territorial sustentável e humano.

O Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada (MAE) é um desses empreendimentos de economia solidária. O grupo tem sua origem e atuação no litoral sul do estado de São Paulo, reconhecem-se como caiçaras¹. O MAE é pautado nos princípios de solidariedade, autogestão, desenvolvimento e ecossocioeconomia. Como estratégia de permanência no território, o grupo trabalha com a produção de bens e serviços. Com postura protagonista, o grupo vem elaborando e apropriando-se de metodologias, técnicas, tecnologias, com finalidade de organizarem-se.

Dessa maneira, este trabalho objetiva apresentar como o MAE se organiza em Empreendimento Econômico Solidário (EES), como isso altera a estrutura da comunidade e como suas integrantes veem as tecnologias que utilizam em suas atividades. Como metodologia, foram realizados dois encontros, utilizando-se de coleta de dados através de

¹ Para Diegues (2000, p. 42), são “aquelas comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, de pequena pesca, de extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina”.

grupo focal e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Somando-se a isso, realizou-se revisão bibliográfica e análise documental sobre o tema. Considera-se que este trabalho pode auxiliar no processo de registro do histórico de resistência da comunidade e pode trazer à tona o debate relativo à adequação sociotécnica em EES.

Para dar início apresentamos conceitualmente sobre organização, tecnologia e recursos territoriais, os quais são temáticas suleadoras deste trabalho. Em seguida, apresentamos a metodologia, bem como a caracterização do local de estudo. Dando sequência, como resultados e discussões apresentamos as três frentes de atividades do MAE e as interações com as tecnologias: a) artesanato: confecção e adereços; b) turismo comunitário; c) peixe seco: beneficiamento do pescado e seus sub-produtos através da salga, secagem ao sol e defumação. Por fim, expomos as conclusões a respeito da pesquisa realizada.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - RECURSOS/ATIVOS, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E TECNOLOGIA

2.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável e os recursos e ativos territoriais

Envolvimento e desenvolvimento comunitário, na ótica da decolonialidade, implicam em mudanças de postura dos atores envolvidos no processo de colonização, o que Nelson Maldonado-Torres chamou de giro decolonial (2003, p. 159). Também denominado giro humanístico, onde o termo aspira reconhecimento de que todos os seres humanos são membros de uma mesma espécie, “ao nível político, o giro decolonial requer observar cuidadosamente as ações do condenado, no processo de converter-se em agente político” (MALDONADO-TORRES, 2003, p.162).

Segundo Luciana Ballestrin (2003 p. 40), o giro decolonial se propõe a buscar alternativas que transcendam a colonialidade do poder, do ser e do saber, por meio de outras experiências políticas, culturais, econômicas e de produção do conhecimento não contempladas pela hegemonia epistêmica européia, “obscurecidas, destruídas ou bloqueadas pelo ocidentalismo, eurocentrismo e liberalismo dominantes”. Neste sentido, pensar os seres humanos colocados como *não existentes*², os escravos africanos, as mulheres, os deficientes,

² Boaventura de Souza Santos (2016) argumenta na discussão de sociologia das ausências sobre aquilo que é produzido para não ser percebido, existido, por meio da intencionalidade hegemônica.

os índios e muitos outros que a muito tempo a “modernidade negou a mais da metade deles a condição de humano” (BRAGATO, 2013) se faz fundamental.

Escobar (2014) elucida sobre o *pluviverso*, o que é compreender que não há um universo único, é pensar para além das formas de se existir e viver que foram discursadas e nos atravessadas com a colonialidade do poder,

os estudos dos pluriversos buscam iluminar esses mundos e conhecimentos de outra maneira que existe em nosso meio ou a aqueles que, mesmo entre o claro-escuro e as névoas conceituais e práticas, podem ofuscar como possibilidades de re-existência. Não há uma única noção do mundo, do humano, nem do natural que possa ocupar por completo este espaço de estudos. (ESCOBAR, 2014, p. 22, tradução nossa).

O autor segue apontando a há a possibilidade e existências de outros desenvolveres, os quais transpassem a lógica eurocêntrica da colonização. Alerta que outras maneiras de viver e construir a sociedade podem ser efetivadas, a partir do sentir-pensar dos indivíduos territorializados, os quais possuindo autonomia podem co-construir sua própria realidade, sem tomar como base modelos prontos de desenvolvimento produzidos pelos países do norte (modelos esses fundamentados na econômica, que produziram segregação sócio-espacial, por meio das desigualdades e concentração de riquezas), os quais exploraram historicamente os países do sul. Assim, primeiro há necessidade de passarmos pelo processo de descolonização, para posteriormente, alcançarmos a decolonização no pensamento, ou seja, superar e transcender os resquícios e complexos gerados, de inferioridade dos povos subjugados. Tangendo a emancipação, protagonismo, valoração, gestão, e organização para o desenvolvimento territorial e sustentável.

Ao encontro disso, pensamos o território no seu sentido amplo. A imaterialidade do território, está presente quando se reflete sobre as identidades para construção da territorialidade (HAESBAERT, 2007), também nas culturas, os símbolos, as festividades tradicionais, as relações entre os indivíduos. Cabe pensarmos também o território no seu sentido físico, pois “um território é criado pela discriminação dos atores [...] um território é a conjunção do espaço comum abstrato construído por grupos e de um espaço físico” (PECQUEUR, 2005, p. 95-96). O território materializado é melhor conhecido (potenciais e limitações) pelos atores locais, logo, ninguém melhor que os próprios sujeitos do território para gestá-lo.

Benko e Pecqueur (2001, p. 42) abordam sobre os recursos e ativos territoriais, “entende-se por ativo, os fatores ‘em atividade’, enquanto que por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar”. Além disso, qualifica ativos e recursos, entre

genéricos e específicos. Entre os quais, por genérico entende-se aquele que “recobre o conjunto dos fatores tradicionais de definição espacial [...] discriminados pelos preços [...] e que se constituem objeto de um cálculo de otimização por parte dos agentes” (2001, p. 43 e 44). E por específico, os autores consideram “o conjunto dos fatores, comparáveis ou não, no qual o valor está ligado a um uso particular”.

Portanto, “identificar e ativar os recursos territoriais tangíveis e intangíveis existentes no território consiste em uma estratégia de desenvolvimento” (DENARDIN, 2016, p. 51). E, por fim, Pecqueur (2005) defende que apenas os recursos específicos permitiriam um processo de diferenciação durável, pensando na possibilidade da busca pelo desenvolvimento territorial sustentável.

2.2 Economia solidária e organização produtiva

A economia social, como um modelo econômico que está imbricada a questão social e que parte da auto-organização de produtores e consumidores, vai se transformando ao longo da história. Parte dos desafios para esta forma de organizar a economia, são contados pelo autor, que ainda defende que economia solidária (ES) atual recuperaria a dimensão política desta organização, mas de forma “subordinada e residual” em relação à economia social, quando afirma que “o surgimento atual da economia solidária recupera e sublinha aquela dimensão política de uma alternativa de organização do trabalho e da sociedade” (LISBOA, 2004, p. 03).

A partir desta contextualização das preocupações que estão inseridas nos conceitos de economia social e de economia solidária, Lisboa esclarece como eles se relacionam, incluindo uma diferenciação do conceito de economia social e de terceiro setor, que por vezes são apresentadas como similares por alguns autores.

Resta também esclarecer qual a relação entre a ES com a economia social [...]. Agindo tal qual um “guarda-chuva”, consideramos que o conceito de economia social enquadra o campo ainda mais amplo formado pelas tradicionais cooperativas e associações, mutualidades, fundações não-lucrativas e entidades econômicas voluntárias, somado à nova realidade da ES e suas organizações autogestionárias. Economia social, portanto, engloba a ES, sendo mais precisa e adequada que o conceito de terceiro setor para caracterizar a realidade das atividades econômicas incrustadas no social. (LISBOA, 2004, p. 18)

A economia solidária, enquanto uma dessas economias imbricadas no social, visa: a solidariedade econômica, a democratização trabalhista igualdade, a autogestão, traçando novos caminhos outro modo de produção, um Modo de Produção Econômico Solidário:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2004, p.10).

Também, além de outro modo de produção, a economia solidária é percebida enquanto outro modo de vida, na qual as relações vinculantes, a reciprocidade (MACHADO, 2010), a sensibilidade solidária (SILVA et al., 2015) se fazem presentes e são fomentadas. Assim, organizações produtivas de economia solidária (e adeptos em geral da Economia Solidária) mais uma vez mostram-se com postura de enfrentamento à hegemonia das relações ocidentais, posto que tem valores que divergem e combatem o incentivo à cultura de massa, a globalização econômica-cultural, a competição, o individualismo, a dominação e a exploração.

Desse modo, a Economia Solidária emerge na noção de outra racionalidade, sugerindo outra economia. Pautando-se em valores de interdependência, cooperação, democratização, inclusão e desenvolvimento territorial sustentável. Nesse contexto, com princípios próprios, os EES são organizações produtivas que denotam o êxito da Economia Solidária enquanto trabalho e renda e alteridade de relações sociais.

Para tanto, como forma de manterem-se os EES constroem caminhos alternativos para planejarem-se e organizarem-se, desde os conselhos de autogestão³, conhecimento pleno das atividades socioprodutivas pelos trabalhadores, até à criação e apropriação de técnicas, metodologias e tecnologias.

2.3 Tecnologia e adequação sóciotécnica: tecnologias a serviço da Economia Solidária

Marcuse (1998) ao falar de tecnologias afirma que as mesmas são formas de organizar e perpetuar as relações sociais e podem servir como forma de dominação. Esse aspecto é evidenciado na atualidade, à exemplo em como os canais de comunicação fazem a manutenção de ideias dominantes. Ao encontro disso, Vieira Pinto (2005) em “O conceito de tecnologia” expõe que toda tecnologia deve ser contextualizada, e que entender que cada ferramenta é útil para determinado objetivo no momento histórico que foi criada.

Nessa contextualização podemos compreender que grande parte dos artefatos tecnológicos que temos hoje resultaram de *boom* industriais, os quais fizeram a manutenção

³ Momento coletivos de debate e deliberação coletiva.

e atualização de modos de produção fundamentados em desigualdades socioeconômicas. Sobre isso, Dagnino e Novaes (2004) aproximando-se às discussões de Marcuse (1998) e Vieira Pinto (2005) afirmam que os artefatos tecnológicos de nada tem de neutros, visto que foram criados em contextos e com finalidades específicas, estes contêm “relações sociais historicamente determinadas e obscurecem o conteúdo de classe das escolhas tecnológicas” (DAGNINO; NOVAES, 2004, p. 181).

No que concerne às tecnologias, a questão é não cairmos no erro de culpar os artefatos tecnológicos por todos os problemas atuais da sociedade - numa visão determinista -, muito menos acreditarmos que qualquer técnica ou tecnologia é neutra e isenta de responsabilidade. A resposta é encontrarmos um caminho do meio. É pensarmos em criar tecnologias e apropriarmos das tecnologias já existentes, sobretudo utilizando-as para agir em sociedade com fins que escolhamos lucidamente.

Dagnino e Novaes (2004) expõe possibilidades de transformação da tecnologia capitalista no sentido de adequá-la à empreendimentos autogestionários. Assim, tornam-se importantes tanto os meios, como também os fins. “As tecnologias são construções sociais da mesma forma que as sociedades são construções tecnológicas” (THOMAS, 2009, p. 25).

Dagnino (2014), abordando sobre a possibilidade de adequação sociotécnica para EES na América Latina enumera as seguintes modalidades⁴:

Uso: o simples uso da tecnologia (máquinas, equipamentos, formas de organização do processo de trabalho etc) já empregada antes [...] ou a adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado, é percebida como suficiente. [...] Apropriação: entendida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção (máquinas, equipamentos) [...] Ajuste do processo de trabalho: implica a adaptação da organização do processo trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais) e à adoção da autogestão e conseqüente necessidade de adequação ao ambiente de trabalho e de produção democráticos ou a questionamentos sobre a divisão técnica do trabalho. Esta modalidade, que supõe um nível de AST superior ao uso e à apropriação, demanda atividades que podem ser assimiladas ao que tem ocorrido com a substituição do modelo organizacional fordista-taylorista pelo toyotista, embora neste caso em função de uma mudança na base técnica. Alternativas tecnológicas: implica a percepção de que as modalidades anteriores [...] não são suficientes para dar conta das demandas por AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente: resulta do esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e na percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção) [...] Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo: resulta do esgotamento do processo de

⁴ A variável Modalidades de AST pode assumir seis valores associados ao nível, de cada vez maior complexidade e intensidade, em que um ator percebe a necessidade de AST. Nível este que parece derivar de sua experiência de vida e de trabalho, de sua visão de classe e da maneira como entende a relação entre o contexto socioeconômico e a produção de tecnologia. (DAGNINO, 2014, p. 79)

inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo radical. (DAGNINO, 2014, p. 79-80).

Conforme o autor supracitado, estas são as possíveis modalidades para a adequação sociotécnica. Ao encontro disto, o mesmo autor aborda sobre as Tecnologias Sociais, às quais podemos encaixar, conforme está categorização, como Alternativas Tecnológicas.

As Tecnologias Sociais são compreendidas enquanto propostas que proporcionam alternativas tecnológicas que possam responder às demandas sociais (DAGNINO, 2004). São elas o conjunto de técnicas e procedimentos que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. As tecnologias sociais geralmente são geradas na interação coletiva e são formuladas a partir de realidades e recursos próprios. Ressalta-se que estas são socializadas gratuitamente e podem ser reaplicadas, gerando intercâmbios de saberes, soluções e redes de semelhanças. A própria organização em EES pode ser compreendida enquanto uma tecnologia social.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento e procedimentos metodológicos

A pesquisa realizada tem característica qualitativo-exploratória, e foi realizada a partir de grupos focais e entrevistas semiestruturadas. Este processo foi facilitado pela história oral que para Meihy (1998, p. 17) “é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e é reconhecida como história viva”. E é indicado, como aponta Ferreira (2010), para casos em comunidades tradicionais, para as pessoas que tem a tradição popular da oralidade, como é o caso das populações caiçaras.

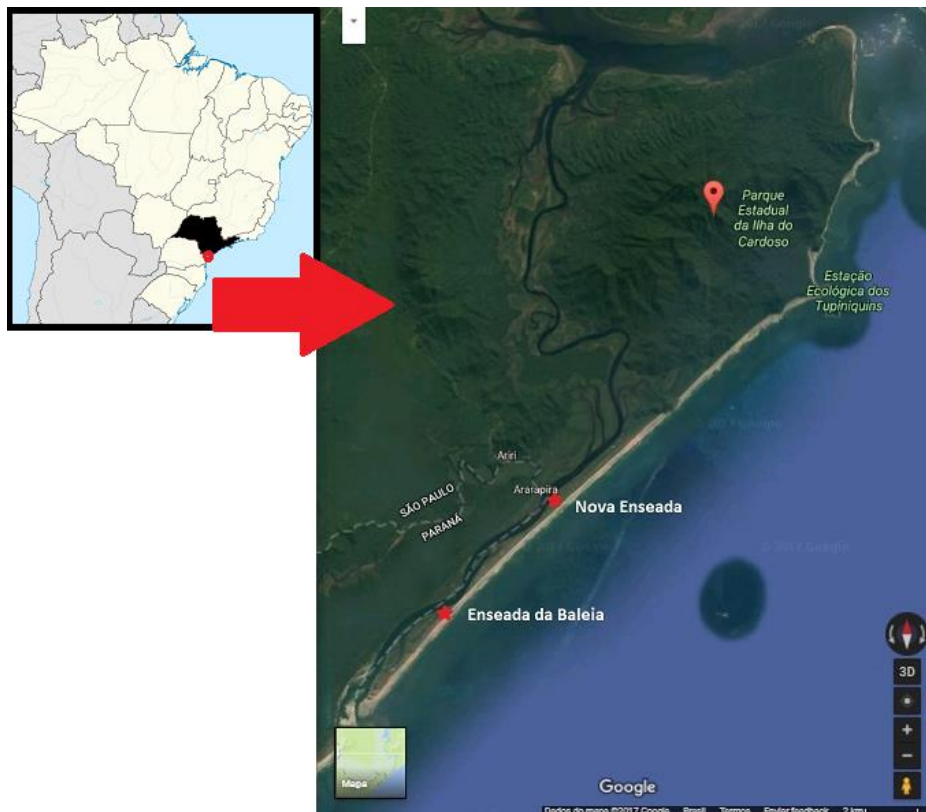
A realização dos grupos focais se deu, nos meses de julho e setembro de 2018 e contaram com a participação de representantes do MAE, para debater as pautas “atividades socioprodutivas femininas” e “economia solidária e tecnologias”. Ambos os encontros contaram com a presença de sete representantes femininas. Além de uma caracterização geral das atividades, que pautou o primeiro encontro, o segundo foi composto com questionamentos: Quais as tecnologias que usam para os trabalhos do MAE?; E se, entre estas, alguma tecnologia foi elas que desenvolveram?; Alguma outra tecnologia poderia contribuir com o trabalho do grupo?

Após este encontro, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro das oito representantes do coletivo, com roteiro semiestruturado de perguntas. Portanto as questões foram mais abertas com finalidade de instigar as entrevistas a falarem sobre os temas. Gerhardt e Silveira (2009, p. 72) explicam, que as questões semiestruturadas permitem, e às vezes até incentivam, “que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”.

As entrevistas foram gravadas e realizadas no mês de setembro de 2018, com a finalidade de apresentar quais os equipamentos necessários para a produção, comunicação e comercialização do coletivo.

3.2 Local da pesquisa

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DA ENSEADA DA BALEIA E NOVA ENSEADA NA ILHA DO CARDOSO EM RELAÇÃO AO BRASIL



Fonte: Adaptado de Google Maps (2017)

As comunidades da Enseada da Baleia/Nova Enseada, estão localizadas na Ilha do Cardoso⁵, localizada do litoral Sul de São Paulo, divisa com o estado do Paraná, entre as coordenadas 48° 05' 42" W, 25° 03' 05" S e 48° 53' 48" W, 25° 18' 18" S, no município de

⁵ A Ilha do Cardoso foi transformada em unidade de conservação de proteção integral através do Decreto nº 40.319, de 03 de julho de 1962, sendo nominada a partir de então como Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Cananéia (que está a 270 km de São Paulo/SP e 250 km de Curitiba/PR). Separadas da sede do município através da baía de Trapandé e da área continental pelo canal do Ararapira. Tendo acesso apenas por embarcação (FIGURA 1).

A história da comunidade tradicional da Enseada da Baleia remonta ao uso que se fazia deste território por pescadores que vinham em busca da pesca. Este também foi o caso do casal Antonio Valeriano Martins e Ernestina Malaquias Martins, que se mudam para a Enseada da Baleia junto a sua grande família, entre os quais, estavam os irmãos adotivos Antônio Cardoso, que veio com dez anos e Erci Antonia Malaquias, que veio com um ano e seis meses. Ambos se tornaram órfãos de famílias diferentes do Superagui, e vieram, para a Enseada da Baleia na década de 1940, formar a família que habitou a comunidade até o ano de 2017, quando se realocaram para a Nova Enseada, em função de um processo erosivo que se intensifica ao longo do tempo na Restinga do Ararapira e que ameaçava a existência desta comunidade. Este processo erosivo abriu, no dia 27 de agosto de 2018, uma nova barra a poucos metros da Enseada da Baleia.

Em entrevista dada por Sr. Malaquias, no ano de 2001, para Nordi, Cardoso e Barbosa (2005, p. 350) ele conta que a pesca ocorria do lado da Ilha do Cardoso e as roças ficavam do outro lado do Canal (já no Paraná). Ele aprendeu a pescar com os avós, porque gostava desde criança a ajudar com em algumas atividades “esgotá uma canoa, quer dizer tirá a água de dentro, carregá um peixinho, de acordo com a possibilidade da gente”.

Aqui tinha mais rancho de pesca antigamente, rancho de pessoas que pescavam, nessa época da tainha todo mundo do lado de lá do Ararapira que morava, quem era pescador, também vinha pra cá porque nessa época dava tainha na costa, muito peixe que entrava rio adentro, que entrava pela barra, nessa época dava muita tainha aqui, mês de maio, junho, era o mês da pescaria. (CARDOSO, 2001 apud NORDI; CARDOSO; BARBOSA, 2005)

Sr. Malaquias em entrevista a Arakaki (2011), lembra da fartura de pescado que se tinha na época em que o pai veio para esta região “se pescava bastante peixe, cerca de 200, 300, 400, 500 quilos em uma noite. Meu pai veio para isso [...]”. Anos mais tarde Sr. Malaquias e Dona Erci, se casam e tem sete filhos, dos quais dois são adotivos. Uma fábrica de peixe, que foi montada entre Valeriano e três japoneses de Registro/SP, para o processamento de sardinha e manjuba (iriko) faliu, antes mesmo que os atuais descendentes tenham trabalhado com ela.

As alternativas encontradas são comentadas pelo próprio Sr. Malaquias que dizia que trabalhava com cerco há trinta e cinco anos, que aprendeu com o irmão Antônio Florentino, e que o conhecimento tinha vindo de um mestre cerqueiro do Andrade. Contou

que muitas pessoas faziam cerco antigamente, mas nem todos os pontos são bons para este tipo de pesca. Ele também lembrava de ir para Iguape, para trocar por mercadorias, de canoa a remo (percurso que levava três dias para ir e voltar), dinheiro não viam. Disse que a mercadoria deles não tinha valor (NORDI; CARDOSO; BARBOSA, 2005).

Com o passar do tempo, os irmãos dele deixam a Enseada para ir morar em outras cidades, como Iguape/SP ou Cananéia/SP. O barracão de pesca foi herdado por Sr. Malaquias, que seguiu com a atividade de compra de pescado dos pescadores artesanais da região, beneficiamento deste pescado com a ajuda da família, abertura de uma mercearia e um salão para servir refeições e o financiamento de apetrechos de pesca para esses pescadores com quem mantinha as atividades comerciais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Grupo se organiza como EES feminino e desenvolve três frentes de atividades

O grupo de Mulheres Artesãs da Enseada (MAE) se formou como parte da resistência à crise que se instituiu nessa comunidade, com o falecimento de Sr. Malaquias. Até então, muitas das atividades produtivas estavam concentradas nesta liderança. A dificuldade de comercializar os produtos se somaram a dor da perda do chefe da família. Alguns jovens optaram por buscar alternativas em centros urbanos e a comunidade entrou em declínio. Até que as mulheres se uniram para buscar alternativas de trabalho coletivo a partir do que cada uma sabia fazer, daí nasceu aos poucos a organização produtiva do MAE, bem como outras iniciativas coletivas da comunidade. Essa forma de se organizar coletivamente para a resolução da questão de se reerguer e resistir da comunidade validam as Tecnologias Sociais desenvolvidas por eles desde então. Se considerarmos que as tecnologias sociais compreendem produtos, metodologias replicáveis, tecnologias e técnicas elaboradas por meio de participação coletiva para efetivas soluções de transformação social, podemos dizer que a própria organização do grupo em EES é uma Tecnologia Social (DAGNINO, 2004).

As atividades desenvolvidas pelo MAE estão distribuídas em três frentes principais de trabalho, que foram descritas na ordem cronológica em que se estruturaram no coletivo, a partir do artesanato (2010), seguida do turismo comunitário e do peixe seco (2015). Até hoje, todas elas partem do mesmo processo de organização, uma demanda que gera uma conversa entre elas (conselho de autogestão), quando neste espaço debatem e deliberam

como e quem fica responsável por cada tarefa, sem que haja a figura de uma pessoa que mande (heterogestão). A divisão das responsabilidades tem a ver com as habilidades de cada uma, além do estímulo para que mais gente seja capaz de exercê-las. Existe uma preocupação com a inclusão dos membros, em realizar os trabalhos mais pesados através de mutirão e o respeito ao que cada um gosta de fazer. Processo este que vem sendo aprimorado e estendido aos homens e jovens aprendizes.

4.1.1 Artesanato: Confeção e adereços

O início das atividades combinava fatores como: a motivação recebida pelo intercâmbio com um grupo de mulheres; a vontade de colocar todas juntas para trabalharem; alguns parceiros para o fomento de trabalhos coletivos; além de, uma proposta de gestão produtiva que aliasse o conhecimento de cada uma das mulheres envolvidas. O incentivo a resgatar técnicas de produção dos artefatos da casa que cada uma já sabia ou se identificava, foi o primeiro passo. E1 lembra como aprendeu a costurar a partir do seu enxoval:

No começo do meu casamento, as crianças eram pequenas e a minha sogra ensinou a costurar um pouquinho. Cortava as pecinhas das roupas das crianças, e eu costurava. Eu já tinha um pouquinho de noção assim... a costurar. Só que naquela época não tinha máquina. Daí eu costurava na mão. [...] Daí eu ganhei uma máquina do pessoal de São Paulo. Daí eu comecei a aprender a costurar a beiradinha de pano de prato. Porque o enxoval do meu casamento foi tudo assim. Comprava desse saco de pano de prato e fazia toalha de banho, pano de prato, toalha de mesa, lençol. O meu marido pintava. Eu ia fazendo as beiradinhas e o meu marido pintava. É ele pintava tudo. Mas a gente não pintava com pincel não. A gente pintava com esponja. É, porque nesta época a gente não tinha pincel. Então pintava com esponja. Menina, cada desenho tão bonito. As coisas da irmã dele eram assim também. Tudo pintado na mão. (E1, 2018)

As primeiras peças confeccionadas pelo grupo foram sacolas ecológicas (ecobags) de algodão cru. Nestas peças foram desenhados animais presentes na paisagem, sua vegetação, as diversas técnicas empregadas para a pesca artesanal, além de apliques e desenhos sugeridos por revistas. A primeira oportunidade de participação em um projeto socioambiental junto a Associação Rede Cananéia, possibilitou a estruturação do grupo, através da aquisição de alguns equipamentos, material para a costura, capacitação e intercâmbio com outra comunidade que igualmente se organizava para gerar trabalho e renda. A oportunidade de imprimir camisetas e produzir duas mil sacolas ecológicas para este projeto impulsionou o grupo a produzir em quantidade e reconhecer seu potencial produtivo.

Além das três que tinham mais habilidade com a costura, duas apoiaram em atividades complementares, uma fazia a limpeza das peças e outra passava. Até hoje é motivo

de orgulho, ter como parte da estratégia do coletivo, a inclusão de todas, de acordo com suas habilidades. Através das parcerias com a Associação das Mulheres na Economia Solidária (AMESOL) e a Sempreviva Organização Feminista (SOF) ocorreram novas capacitações em economia solidária e intercâmbios com outros Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) geridos por mulheres.

Através de uma parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), desenvolveram o uso de redes de pesca e cabos, nas peças confeccionadas. Segundo E3, “a ideia do ISA era melhorar o meio ambiente e, aí, inserir isso no trabalho que a gente já desenvolvia. E foi aí que a gente resolveu parar de fazer a rede, para começar a coletar e colocar nas peças.” Hoje todos os produtos aliam em sua proposta a questão ambiental, já que há o reaproveitamento de apetrechos de pesca que contribui para a conservação ambiental e aliam a tradição que a comunidade tem com a pesca artesanal.

Na comunidade da Enseada da Baleia, usava-se o prédio da escola primária, desativada em 2012, para a confecção coletiva das peças e como ponto de comercialização. As primeiras máquinas de costura eram de pedal, pois a comunidade só começou a ter eletricidade, a partir de placas fotovoltaicas que dessem suporte para equipamentos, em 2015. Agora, já se usam máquinas de costura elétricas (overlock, galoneira, reta), mas nem todas usam. Aqui evidencia-se o uso de artefatos tecnológicos convencionais a serviço do EES. O grupo claramente ultrapassou a modalidade de somente Uso e Apropriação de tecnologias (DAGNINO, 2014) mas alcançou também o Ajuste do processo de trabalho. Nessa modalidade há adoção da “autogestão e consequente necessidade de adequação ao ambiente de trabalho e de produção democráticos ou a questionamentos sobre a divisão técnica do trabalho” (DAGNINO, 2014, p. 80). Isso é perceptível quando nas entrevistas as membras enfatizaram que preferem estar num mesmo ambiente juntas trabalhando (e que estão organizando-se para mais a frente novamente terem esse espaço plural delas), elas explicaram que num mesmo ambiente de trabalho elas conseguem trocar saberes, cooperar e o trabalho é mais prazeroso. O que vai de encontro a perspectiva do trabalho do modo de produção capitalista, fragmentado, individual e portanto, alienado.

Na confecção de adereços muita coisa é feita na mão, com auxílio de ferramentas convencionais, como: mesa, tesouras, agulhas, metro etc. Se uma não tem, pede emprestado. Hoje em dia, na Nova Enseada, ainda não existe um espaço coletivo para esta finalidade. Mas há previsão da construção de um espaço específico para tal produção, pois se reconhece a importância de trabalhar junto como forma de aprendizado, compartilhamento das técnicas e melhoria do processo criativo.

Quando a gente precisa fazer umas peças de roupa e a gente sempre vai falando: vai ter feira, precisamos de peças porque nós temos que construir e nós nos juntamos também, aí um corta, o outro costura, aí vem para cá... às vezes, quando

tem bastante coisa. Agora não temos muito onde trabalhar aqui. Então fica meio dividido ainda. Né?! Mas primeiro, na Enseada todo mundo ficava junto. Ia para escola, onde a gente costurava. Ficava a tarde toda costurando, criando as peças. Pensando que ia fazer, né, qual a peça que a gente vai construir. O que ia fazer, o que vende melhor. [...] Era, mais fácil. Bem mais fácil. Agora a gente fica meio dividido. [...] (E1, 2018)

Nesta nova área a proposta é construir este espaço com o reaproveitamento de material da Enseada da Baleia, que está em processo de retirada do que ficou. A habilidade resultante desta aprendizagem não tem apenas a finalidade de gerar trabalho e renda, mas também, oferecer roupas para as próprias costureiras e ainda, presentear familiares e amigos. Com isso, são ativados recursos existentes neste território, que são revelados no processo da crise e no processo criativo que se dá pela atuação coletiva.

A comercialização dos artesanatos é feita na própria comunidade, onde há saída dos produtos principalmente pelo turismo. O grupo também divulga-se e pode até comercializar via redes sociais que possuem (outro exemplo de Uso, Apropriação e Ajuste do processo de trabalho de adequação sociotécnica para o ESS) (DAGNINO, 2014), todavia as redes sociais do grupo, no momento estão inativas por dificuldade de tempo para gestá-las, como informaram em entrevista.

4.1.2 Turismo comunitário

A atividade turística na Enseada da Baleia, não é algo novo, mas no estudo proposto ele não discutirá o turismo que ocorre nas altas temporadas, e nem o turismo de veraneio. Este item, se propôs a debater o turismo comunitário que é articulado pelo grupo de mulheres, a partir de 2015.

O turismo comunitário é uma forma de turismo onde a própria comunidade se organiza, com o auxílio dos órgãos públicos ou não, para receber turistas de forma autogerida, onde os principais atrativos desse turismo são os aprendizados e as vivências com a comunidade e o território da comunidades. Há portanto, participação coletiva, valorização dos costumes, tradições, saberes e meio natural localizado.

Na comunidade, esse turismo se estruturou com base em o que cada uma das mulheres que integram o grupo, poderiam oferecer para a recepção de um público que ainda não frequentava a comunidade. Grandes escolas de centros urbanos, já frequentam lugares e atividades em Cananéia através de “estudo do meio”, buscando vivências socioculturais e ambientais, durante o ano letivo. A autogestão que é, desde o início, a base nas atividades com esse turismo, que se dá na hora de decidir os preços do serviço, com base no que é justo para a comunidade e para quem paga os serviços e na gestão financeira dos recursos que

entram na comunidade. A partir da fala de E3, fica mais claro como se dá a gestão financeira na atividade:

Era uma coisa que já era cobrada por vocês. A gente só colocou no Turismo comunitário esses preços. [...] a gente divide igual. Quando o cara da agência chega, e o valor é muito alto, ele fica com medo de trazer em dinheiro, né. Mas, geralmente, quando ele trazia dinheiro que era turma menor, a gente pegava um de cada família, sentava na mesa e ia falando: “eu comprei peixe de fulano”, “comprei não sei o que ciclano”, saia as despesas e dividia tudo igual, entre todos. Então, tanto quem trabalhou na comida, como quem trabalhou na oficina, como quem trabalhou na palestra ou na faxina, todo mundo ganha o mesmo valor.

A atividade também contribuiu para a criação de peças específicas para este público de alunos de escolas que visitam a comunidade com a finalidade de fazerem estudo do meio. Esse foi o caso da oficina de porta garrafas que associou um tipo de rede que ainda não tinham conseguido usar no processo de confecção (redes de nylon) a um produto que se tornou oficina para estes grupos. E vem, de certa forma, apoiando o processo de melhoria da qualidade de vida das famílias à medida que se melhoram as estruturas para estes receptivos aliadas a criação de fundos rotativos que são geridos internamente.

O turismo comunitário se estrutura a partir dos saberes locais, relacionados às formas de pesca artesanal (que geram oportunidade de trabalho e renda para os homens da comunidade), dos trabalhos coletivos, da cultura, da gastronomia e da história de organização e luta pela permanência no território. A medida que os grupos os visitam, novas exigências são feitas para a adequação dos serviços. Estas exigências, trabalhadas coletivamente, geram resultados: aprendizados, melhoria nas estruturas das famílias da comunidade, organização local para atendimento de pequenos grupos em atividades diferentes, simultaneamente. Tudo é pensado para melhorar a qualidade de vida da comunidade que recebe, mas também das várias formas de vida presentes no território (exemplos: tratamento de águas, produção local de marisco, chuveiros com aquecimento a gás etc). A atividade ativa recursos específicos, valoriza os conhecimentos que se tem, provoca a ampliação de habilidades e gera benefícios para a vida presente no território. Que para Denardin (2016, p. 58), podem estar relacionados “a um estado virtual, resultando da história, de um acúmulo de memória, de uma aprendizagem cognitiva coletiva, ou seja, surgem de processos interativos carregados de cultura, saber-fazer local.”

Quanto a abordagem tecnológica, essa atividade turismo comunitário pode ser concebida também como uma Tecnologia Social. Pois é feita de maneira descentralizada e é fomentada pelo coletivo (THOMAS, 2018) Em uma rápida busca no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (2018), é possível encontrarmos cadastro de metodologias e técnicas para organizações de turismo comunitário e redes de turismo comunitário.

4.1.3 Peixe seco: beneficiamento do pescado e seus sub-produtos através da salga, secagem ao sol e defumação

O beneficiamento da tainha, apesar de ser a última das atividades apresentadas, é a mais antiga e tradicional da comunidade. Remonta a um período em que, sem a presença de luz elétrica ou equipamentos para a conservação do pescado, a forma que as comunidades tinham para aumentar a vida útil dos subprodutos da pesca artesanal era através da secagem ao sol ou da defumação. A atividade foi resgatada recentemente, em 2015, com uma nova forma de gestão compartilhada pelas mulheres.

O beneficiamento do pescado ou o “limpar peixe”, como se diz por ali, talvez tenha sido a primeira atividade de cada uma delas, entre sete e doze anos de idade, foi a resposta dada de quando começaram com a atividade comercial. “De olhar a gente ia aprendendo”, diz E5. Entre os recursos pesqueiros, lembram da pescada amarela, tainha, parati, cação aparecem como memórias. “O pessoal pescava em alto mar naquela época, eles quase não pescavam no Canal, era só em alto mar”, diz E1. A quantidade de peixe era grande, fala-se em toneladas, ele vinha quase sempre fresco, dos cercos dos pescadores artesanais. Mas Sr. Malaquias comprava peixe seco de algumas pessoas dos arredores também. A remuneração das mulheres era por hora. O processo de secagem, embalagem e comercialização era com ele, inclusive os riscos do negócio.

Quando questionadas sobre o que tinha mudado na atividade neste novo período, a primeira resposta foi sobre o rendimento que se tem com a nova forma de gestão, que por elas foi chamado de “lucro”. “Meu senhor, agora comprando peixe dos homens e as mulheres limpando, o lucro nem se compara”, segundo E1, fala-se da preocupação com a qualidade do produto também. Para a E2, a tristeza que abateu a todos com o falecimento, foi o motivo da demora: “depois que ele faleceu a gente ficou muito sem rumo, sem ânimo. Ficou sem saída.” Segundo a E1 mais elementos foram superados para conseguir retomar as atividades, “a gente pensava que não era capaz. Era ele que tinha grana, era ele que conhecia as pessoas. A gente ficava com medo de começar, porque achava que não ia dar certo.” Nestes cinco anos, sem atividades, a pesca continuou a acontecer na comunidade, pois os homens tinham seus cercos, mas, o pescado era vendido fresco e portanto sem valor agregado.

Sobre os procedimentos de beneficiamento do pescado, como o processo todo é trabalhoso, quanto mais gente tiver em volta da mesa, mais rápido termina o trabalho, que depende de habilidade e uma faca amolada. Depois da limpeza e da salga, são dias no sol (FIGURA 2), em um tipo de tear que é feito na comunidade e usado desde quando

começaram, para a secagem de todos os tipos de peixe, que também exigem cuidados, “quando está sol fraco, aí fica mais dias”, lembra a E2.

FIGURA 2 - FOTOGRAFIA DO PROCESSO DE SECAGEM DA TAINHA



Fonte: Yamaoka (2018)

Esse tear construído pelos próprios trabalhadores demonstra o potencial adaptativo e tecnológico da comunidade. Encaixa-se no que Dagnino (2014) categorizou enquanto uma modalidade de Alternativas Tecnológicas, nas quais há necessidade de emprego de tecnologias alternativas às convencionais.

Após a secagem, “a gente recolhe e coloca barriga com barriga. E deixa ela armazenada, ou já faz o pacote e já vende”, para E1. A ova da tainha, pode ser vendida seca ou defumada. A venda ocorre no atacado ou em pequenas quantidades quando aparece a oportunidade. A tainha só aparece durante o inverno, portanto, a atividade é sazonal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que aos se organizarem enquanto coletivo, o MAE acabou por ativar recursos do território, isso é relevante de destacarmos, visto que esse processo não necessariamente ocorreria se a individualidade permeasse as relações sociais da comunidade. Ao encontro disso, a ativação de recursos possibilitou a permanência da comunidade no território.

Entre as tecnologias sociais identificadas, estão aquelas relacionadas a forma de organização do EES e a própria frente de turismo comunitário.

Por fim, considera-se o debate sobre adequação sociotécnica e também os registros sobre EES com experiências correlatas a adequação sociotécnica, ainda são incipientes e necessitam de mais investigações e aprofundamento, para que cada vez mais a partir de onde estamos, com os recursos que temos e com os atores territoriais possamos pensar num desenvolvimento humano e territorialmente sustentável que promova a socioeconomia, também, por meio de tecnologias.

REFERÊNCIAS

ARAKAKI, K. R. Os aspectos socioeconômicos do território caiçara da comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso – SP, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica. v. 2, n. especial 47, 2. Sem., 2011, p. 1 – 22. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2699>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BALLESTRIN, L. América latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de Ciência Política**. Ed. 11 Novembro 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/9180/6893>>. Acesso em 20 jul 2018.

BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/pesquisar-tecnologias.htm?listTecnologia.filters.COD_TEMA.value=8AE389DB2F072B55012F079E7EA269BD>. Acesso em 10 set. 2018.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31 – 50, jul. / dez. 2001.

BRAGATO, F. **A diversidade cultural negada pela modernidade**. 2013. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5255-fernanda-bragato-1>> Acesso em 20 jul 2018.

CARTA DE NOTÍCIAS. Economia Solidária tem mais de 20 mil empreendimentos cadastrados no Brasil. Disponível em <<http://cartadenoticias.com.br/2018/03/economia-solidaria-tem-mais-de-20-mil-empreendimentos-cadastrados-no-brasil/>> Acesso em 12 set de 2018.

DAGNINO, R. P.; NOVAES, H.T. **O Fetiche da Tecnologia**. **Revista Organizações & Democracia**. Marília: Editora da Unesp, Revista Organizações & Democracia, n. 5, 2004.

_____, R. P. Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a adequação sociotécnica. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 35-88.

_____. R. P. **A tecnologia social e seus desafios**. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WIKINSON, J.; NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C. **O sabor da origem: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51 - 72.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPq: São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. p. 13-65.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná**: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável. 222 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24153/TESE%20CORRIGIDA%202.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov.2017.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2005.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa: EAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

LISBOA, A. M. **Socioeconomia solidária**: marco conceitual latino americano. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/armando02-04.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de “(dis)embeddedness”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, 2010.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidade del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. Novembro, 2003. Disponível em: <<http://ramwan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>> Acesso em: 20 jul 2018.

MARCUSE, H. **Algumas Implicações Sociais da Tecnologia Moderna**. In Tecnologia, Guerra e Fascismo, 1998.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

NORDIN.; CARDOSO, T. A.; BARBOSA, M. A. B. Histórico da pesca nas comunidades Enseada da Baleia e Vila Rápida, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia, SP. In: DIEGUES, A. C. **Enciclopedia Caiçara**: História e Memória Caiçara - Volume IV. São Paulo: Hucitec NUPAUB/CEC: 2005. p. 349 – 355.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processo de desenvolvimento para as economias do sul**. Raízes. V. 24, n. 1, 2, jan./dez. 2005.

SANTOS, B. S. **O Fórum Social Mundial**: Manual de Uso. Madison, Dez 2004. Disponível em:<<http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2016.

SILVA, M. et al. **Sensibilidade solidária na construção de uma cultura solidária**: análise a partir do contexto da IESol. Ponta Grossa: UEPG, 2015. Disponível em: <[http://files.iesol.webnode.com/200001822-c2ff1c4f4a/6%20-%20Sensibilidade%20solid%C3%A1ria%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20cultura%20solid%C3%A1ria%20-%20An%C3%A1lise%20a%20partir%20do%20contexto%20da%20IESol%20\(UEPG\).pdf](http://files.iesol.webnode.com/200001822-c2ff1c4f4a/6%20-%20Sensibilidade%20solid%C3%A1ria%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20cultura%20solid%C3%A1ria%20-%20An%C3%A1lise%20a%20partir%20do%20contexto%20da%20IESol%20(UEPG).pdf)> Acesso em: 20 jul. 2018.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

THOMAS, H. **Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina**. 2009. Disponível em: <<http://www.redtisa.org/Hernan-Thomas-Tecnologias-parala-inclusion-social-y-politicas-publicas-enAmerica-Latina.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2018.

VIEIRA PINTO, Á. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.